

Maringá – PR, 28 de janeiro de 2025.

CARTA DE APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO - 9010

A **UNAVANTI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** (“Companhia” ou “UNA”) em atendimento as disposições sociais e legais previstas no Estatuto Social e no Banco Central do Brasil (“Bacen”), entregar sua Carta de Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024, conforme relação de documentos descritos a seguir:

- Relatório da Administração
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração de Mutação do Patrim nio Líquido;
- Demonstração de Fluxo de Caixa; e
- Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras.

A divulga o das demonstra es financeiras individuais da Una foi aprovada pela Administra o em 19 de março de 2025.

Em observância às disposi es das normas citadas anteriormente, a Diretoria da Una declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no Relatório dos Auditores Independentes referente às informa es semestrais individuais relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Heitor Meneguette
Diretor Presidente

Germano Meneguette
Diretor Operacional

Érica Ap. Tahara Geraldelli
Contadora
CRC PR 068179/O-0

UNAVANTI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e acionistas da:

UNAVANTI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A.

Maringá - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **UNAVANTI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UNAVANTI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A.**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada

por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau-SC, 19 de março de 2025.

Audifactor Auditores Independentes S/S
CRC/PR 005560/O-1 T-SC "S" PR
Sidení Moratelli – Sócio Responsável
Contador – CRC/SC – 19.206/O-7 "S" PR

Audifactor Auditores Independentes S/S
CRC/PR 005560/O-1 T-SC "S" PR
Juliano dos Santos Machado – Sócio
Contador – CRC/PR – 051.229/O-8

Balanco Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Disponibilidades	5	2.213	61
Títulos e Valores Mobiliários		6.900	4.427
Aplicações de liquidez (LTN)	5.a	6.900	4.427
Relações Interfinanceiras	5.b	2.436	3.954
Operações de Crédito	6	4.862	618
Outros Créditos		150	279
Serviços prestados a receber		150	260
Adiantamentos			15
Impostos a recuperar			4
Devedores diversos			
Total do Ativo Circulante		16.561	9.339
Ativo não circulante			
Imobilizado	7	98	123
Intangível		2	2
Total do Ativo não Circulante		100	125
Total do Ativo		16.661	9.464
PASSIVO			
		31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante			
Instrumentos financeiros		9.161	4.417
Depósitos contas pré-pagas	8	9.161	4.417
Outros Passivos		2.503	2.104
Obrigações fornecedores	9	40	38
Obrigações trabalhistas e sociais	10	85	95
Obrigações tributárias	11	36	38
Outras obrigações	12	2.342	1.933
Total do Passivo circulante		11.664	6.521
Patrimônio líquido			
Capital social	13	7.180	3.000
(-) Capital a integralizar		(2.068)	
Reserva legal		12	12
(-) Prejuízos acumulados		(127)	(69)
Total do patrimônio líquido		4.997	2.943
Total do Passivo		16.661	9.464

UNAVANTI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ: 42.047.025/0001-90

Demonstração do Resultado do semestre/exercício findo em:

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2º-Sem-2024	2º-Sem-2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita de operações de crédito		209	116	345	260
Receita de títulos e valores mobiliários		249	375	456	593
Receita de prestação de serviços	14	1.975	1.967	3.704	3.520
Outras receitas operacionais		117	8	361	14
Receita operacional líquida		2.550	2.466	4.866	4.387
(-) Custo de captação					
(-) Deduções da Receita (pis/cofins/iss)		(195)	(180)	(362)	(320)
Lucro bruto		2.355	2.286	4.504	4.067
(Despesas)/Receitas operacionais					
Despesas administrativas	15	(2.356)	(2.187)	(4.485)	(4.032)
Despesas ajustes patrimoniais		(14)	(12)	(27)	(22)
Despesas provisão de devedores duvidosos	16	(17)		(35)	(2)
Outras despesas operacionais			(18)	(15)	(23)
Total das despesas operacionais		(2.387)	(2.217)	(4.562)	(4.079)
Resultado operacional		(32)	69	(58)	(12)
Outras Receitas/Despesas não operacionais					(1)
Resultado antes das provisões		(32)	69	(58)	(13)
Lucro/Prejuízo Líquido do Semestre/Exercício		(32)	69	(58)	(13)

Demonstração do resultado abrangente do semestre/exercício findo em:

(Valores expressos em milhares de reais)

	2º Sem 2024	2º Sem 2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado Líquido do Período	<u>(32)</u>	<u>69</u>	<u>(58)</u>	<u>(13)</u>
Resultado abrangente do período	<u><u>(32)</u></u>	<u><u>69</u></u>	<u><u>(58)</u></u>	<u><u>(13)</u></u>

Demonstração das mutações do patrimônio líquido do período findo em:

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social Subscrito	(-) Capital Social a integralizar	Reserva de Lucros		Total
			Legal	Prejuízos Acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.000	(375)	12	(56)	2.581
Integralização de capital social		375			375
Resultado do semestre				(82)	(82)
Saldo em 30 de junho de 2023	3.000	-	12	(138)	2.874
Resultado do semestre				69	69
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.000	-	12	(69)	2.943
Resultado do semestre				(26)	(26)
Saldo em 30 de junho de 2024	3.000	-	12	(95)	2.917
Aumento de capital social	4.180	(2.068)			2.112
Resultado do semestre				(32)	(32)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.180	(2.068)	12	(127)	4.997

Demonstração do fluxo de caixa do semestre/exercício findo em:

(Valores expressos em milhares de reais)

	2º Sem 2024	2º Sem 2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais	-	-	-	-
Lucro líquido antes do IRPJ E CSLL	(32)	69	(58)	(13)
Ajustado por:				
Depreciações e amortizações	14	12	27	
Provisão para crédito e liquidação duvidosa	35		53	
Reversão de provisão para crédito e liquidação duvidosa	(14)	(5)	(14)	
	3	76	8	(13)
(Aumento)/Diminuição das contas ativas				
- Operações de crédito	(3.280)	88	(4.283)	1.002
- Serviços prestados a receber	75		110	
- Adiantamentos	2	(15)	15	(13)
- Impostos a recuperar	4		4	1
- Devedores diversos	775	1.692		4
Aumento/(Diminuição) das contas passivas				
- Depósitos em contas pré-pagas	2.867	2.076	4.744	1.805
- Obrigações tributárias	1	5	(2)	7
- Obrigações trabalhistas e sociais	(17)	9	(10)	28
- Obrigações fornecedores	12	9	2	(13)
- Outras obrigações	297	239	409	1.903
Caixa proveniente/(usado) nas operações	739	4.179	997	4.711
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	739	4.179	997	4.711
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
- Aquisição de ativo imobilizado/Intangível		(43)	(2)	(35)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	-	(43)	(2)	(35)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
- Integralização de Capital Social	2.112		2.112	375
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	2.112	-	2.112	375
Aumento/(Diminuição) Líquida caixa e equivalentes de caixa	2.851	4.136	3.107	5.051
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	8.698	4.306	8.442	3.391
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	11.549	8.442	11.549	8.442

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do período findo em
31 de dezembro de 2024.**

1) Contexto operacional

A Unavanti Sociedade de Crédito Direto S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado e com fins lucrativos, sediada na Avenida Paraná, nº 242, Sala 01, Centro na cidade de Maringá – PR, inscrita sob o CNPJ de nº 42.047.025/0001-90. Conforme previsto no artigo 3º do seu Estatuto Social, se dedica ao objeto social inerente à Sociedade de Crédito Direto (“SCD”), como realização de empréstimos, de financiamento e aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem o capital próprio. Prestar serviços de análise de créditos para terceiros; cobrança de crédito de terceiros, atuar como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações de crédito em meio de plataforma eletrônica. Obteve autorização do Banco Central do Brasil, para exercer a atividade em 12 de maio de 2021 e teve seu ato constitutivo devidamente registrado/arquivado na Junta Comercial do Paraná, aos 21/05/2021.

2) Base para preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações contábeis está de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020, com a Resolução BCB Nº4.818/20 e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pelo BACEN:

Procedimentos CPC	Resolução BACEN/CMN
CPC 00 (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro	4.144/12
CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos	3.566/08
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de dem. Contábeis	4.524/16
CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa	3.604/08
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	4.534/16
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas	3.750/09
CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro	4.007/11
CPC 24 - Evento subsequente	3.973/11
CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	3.823/09
CPC 27 - Ativo imobilizado	4.535/16
CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados	4.424/15
CPC 41 - Resultado por ação	3.959/19
CPC 46 - Mensuração do valor justo	4.748/19

As Demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas pela diretoria no dia 19 de março de 2025. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional: a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (exceto quando apresentado de maneira diferente), sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia.

2.3. Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros, Instrumentos Financeiros

A Resolução CMN nº 4.966/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e reconhecimento de relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições contábeis e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

O objetivo é buscar a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS.

Em atendimento a Resolução CMN nº 4.966/21, a Unavanti realizou o mapeamento de todas as principais entregas regulatórias que devem ser realizadas a partir da emissão da norma, segregando a sua importância e tempestividade, com o propósito de demonstrar uma linha do tempo para a sua implantação. Esta norma não produziu alterações nestas demonstrações contábeis, pois trata-se de normativos prospectivos.

3) Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis da Companhia são as seguintes:

3.1. Reconhecimento de receitas

O reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes, obedece a norma que estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste novo processo compreendem:

- A identificação do contrato com o cliente;
- A identificação das obrigações de desempenho;
- A determinação do preço da transação;
- A alocação do preço da transação;
- O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas deverão ser registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Empresa tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes.

A Administração avaliou os efeitos da aplicação da norma e não identificou alterações ou impactos no reconhecimento dessas receitas, no que diz respeito às possíveis variações nos valores contabilizados e às variações nas atividades de controles executados, dado que são reconhecidas à medida em que há a transferência de controle dos produtos e serviços.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre serviços.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.3. Contas a receber

Estão apresentados a valores de realização vigentes na data das demonstrações contábeis. A Empresa reconhece perda para crédito de liquidação duvidosa quando a Administração entende ter risco de perda na realização de tais créditos (perda esperada).

3.4. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

3.5. Instrumentos financeiros

a) Títulos e valores mobiliários:

São avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/2001, emitida pelo BACEN, com base na intenção da Administração, em três categorias:

Títulos para negociação: adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e apresentados no Ativo Circulante independentemente de seu prazo de vencimento. Registrados ao custo de aquisição e acrescidos de rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda: que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira de serem mantidos até o vencimento. Registrados ao custo de aquisição e acrescidos de rendimentos auferidos até a data do balanço no resultado do período.

Eventuais perdas não temporárias no valor justo dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período e passam a compor sua nova base de custo.

b) Operações de crédito:

Conforme a Resolução do CMN nº 4.656/18, a SCD é instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio.

A Companhia origina operações de crédito que são autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN). As operações de crédito são classificadas de acordo com o nível de risco estabelecido pela Administração, observando os requisitos da Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e a classificação em níveis de “AA” (risco mínimo) a “H” (risco máximo), levando em consideração os níveis de atraso das operações e o julgamento da Administração quanto a outros aspectos do nível de risco.

As receitas e encargos das operações de crédito em atraso são reconhecidas no resultado do exercício até o 59º dia. A partir do 60º dia de atraso são reconhecidas como receita no resultado apenas no seu efetivo recebimento.

As operações de crédito classificadas como nível “H” são baixadas contra a provisão existente, após 6 (seis meses) de sua classificação nesse risco e transferidas para contas de compensação, onde permanecem registradas pelo prazo mínimo de 5 anos. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, atendidas às normas estabelecidas pela Resolução do CMN nº 2.682/99, dentre as quais se destacam:

- As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência;
- Considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido, ou após 540 dias, no caso de empréstimos com prazo a decorrer superior a 36 meses.

d) Depósitos de contas pré-pagas:

Correspondem aos saldos depósitos em contas de pagamento pré-pagas de titularidade dos usuários de nossa plataforma digital, nos quais podem ser depositados e retirados por meio das operações de movimentações de TED e PIX.

3.6. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição líquido de depreciação acumulada. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme taxas demonstradas na Nota Explicativa no 7. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada período e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da Empresa, originados de operações de arrendamento do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios-econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.7. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Empresa detém uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante

estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do Conglomerado.

3.8. Tributação sobre a renda

Tributos correntes:

(i) **Imposto de renda pessoa jurídica:** o IRPJ é apurado pelo lucro real, estimativa mensal é calculado mediante a aplicação, da alíquota de 15% sobre a totalidade do lucro apurado no período e da alíquota adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 20.000,00.

(ii) **Contribuição social sobre o lucro líquido:** a contribuição é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre a base de cálculo apurada mensalmente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do período, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita a interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

3.9. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Dessa forma, a Empresa continuará avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros que atualmente são mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes, foram avaliadas as características contratuais do fluxo de caixa e se esses ativos são mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja captar o fluxo de caixa contratuais que sejam representados exclusivamente por pagamento de principal e juros.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Empresa detém uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do Conglomerado.

3.10. Julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa no 3.4., a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis

- **Vida útil dos bens do imobilizado**

Conforme descrito na Nota Explicativa no 3.6, a Empresa revisa anualmente a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação dos bens do imobilizado no final de cada período de relatório.

- **Provisões para riscos**

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Empresa possui obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e para que o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Empresa.

- **Provisão para perda de crédito esperada**

É constituída considerando-se a avaliação dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em períodos anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Empresa para cobertura de prováveis perdas na realização.

- **Redução do valor recuperável de ativos financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar.

4) **Riscos**

4.1. **Risco de estrutura de capital**

Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital pela instituição. Visando o atendimento à resolução nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do BACEN, a companhia adotou uma política de gerenciamento

de capital que constituiu um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram adequação de capital de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos, de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e dos serviços oferecidos.

4.2. Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. O gerenciamento do risco operacional é efetuado pela área de Gestão de Riscos, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17. A Companhia possui política e procedimentos que visam o monitoramento, a identificação e a gestão de risco de forma integrada, busca constante por melhoria na eficiência e eficácia dos processos e respectivos controles, reporte de informações tempestivas à alta administração.

4.3. Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência em relação as operações. A Companhia atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras, o que permite a manutenção de níveis baixos de exposição em relação ao risco de mercado e está apta a atender às exigências da Resolução CMN nº 4.557/17.

4.4. Risco de liquidez

A Unavanti mantém uma gestão rigorosa de liquidez para garantir a adequação de seus recursos em diferentes horizontes de curto e longo prazo. O monitoramento contínuo dos fluxos de caixa e a adoção de estratégias de gestão prudencial permitem mitigar riscos de descasamento entre ativos e passivos, assegurando a disponibilidade de recursos para honrar seus compromissos financeiros e manter a estabilidade operacional.

4.5. Política anti-inflacionária

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza

econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos e passivos pré-fixados da Companhia.

4.6. Risco institucional

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

4.7. Risco fiscal

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2025 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

4.8. Risco de crédito

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

4.9. Risco de inadimplência

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

5) Caixa e equivalentes de caixa

A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa” compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos exercícios, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata, e estão

sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e estão dispostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos Bancários	27	31
Reservas Livres SPB – Bacen	2.186	30
Letras do Tesouro Nacional (a)	6.900	4.427
Reservas SPI (b)	2.436	3.954
Total de caixa e equivalentes	11.549	8.442

- a) As aplicações em Letras do Tesouro Nacional (LTN), são operações compromissadas pós-fixada com vencimentos diários e são usadas também para fazer lastro ao saldo das contas pré-pagas dos clientes.
- b) Os saldos se referem a recursos que ficam disponíveis para os usuários realizarem transferências instantâneas onde os recursos ficam custodiados no Banco Central do Brasil (BACEN).

6) Operações de crédito

A conta “Operações de Crédito” são referentes a operações de Crédito que foram realizados mediante antecipação de recebíveis com terceiros das diversas cadeias produtivas que provem fluxo de caixa mediante à antecipação de recebíveis e estão dispostas da seguinte forma:

6.1. Carteira de crédito geral

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Capital de Giro	1.656	90
Outros Créditos	3.231	532
(-) PECLD	(25)	(4)
Total de operações de crédito	4.862	618

6.2. Carteira de crédito composta Res. 2.682/1999

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
AA		
A	4.848	607
B	39	
C		15
D		
E		
F		
G		
H		
(-) PECLD	(25)	(4)
Total de carteira de crédito composta	4.862	618

6.3. Critérios PECLD

A empresa adotou como critério no ano de 2023 para este trabalho, a resolução 2.682, de 22/12/1999 do Banco Central do Brasil, cujo são tratadas as classificações de operações de crédito, em ordem de risco crescente com base nos percentuais abaixo:

A vencer	0,00%
0 a 14	0,50%
15 a 30	1,00%
31 a 60	3,00%
61 a 90	10,00%
91 a 120	30,00%
121 a 150	50,00%
151 a 180	70,00%
181 a 360	100,00%
Até 48 meses	100,00%

6.4. Composição de PECLD

Descrição	Rating	31/12/2024	31/12/2023
AA	0,0%		
A	0,5%	(24)	(3)
B	1,0%	(1)	
C	3,0%		(1)
D	10,0%		

E	30,0%		
F	50,0%		
G	70,0%		
H	100,0%		
Total de PECLD	-	(25)	(4)

7) Imobilizado

A Administração entende que as taxas atualmente utilizadas refletem adequadamente a vida útil-econômica dos seus ativos. Nas datas de fechamento dos balanços apresentados, a Administração entendeu que não havia indicação de que alguns dos seus ativos tangíveis pudessem ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos de perdas conforme o Pronunciamento CPC 01.

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2023	Adições	Depreciações	31/12/2024
Mobiliário	10%	43		(5)	38
Computadores e periféricos	20%	80	2	(22)	60
Total imobilizado	-	123	2	(27)	98

8) Depósitos contas pré-pagas

A conta Depósitos corresponde ao saldo de depósitos em contas de pagamento pré-pagas dos clientes que utilizam o serviço de conta digital da Companhia e devem sempre ficar disponíveis para transações bancárias dos usuários. Adicionalmente a Companhia é obrigada a fazer salvaguarda dos valores em favor do Banco Central ou Títulos Públicos que não sofram a marcação a mercado e possam ser resgatados a qualquer momento para fazer jus as movimentações dos correntistas. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo em Depósitos de contas pré-pagas era de R\$ 9.161 enquanto em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 4.417.

9) Obrigações com fornecedores

A conta "Obrigações com Fornecedores" são referentes a obrigações com prestadores de serviço que a Companhia utiliza no cotejo de suas atividades. Em 31 de dezembro

de 2024 o saldo a pagar com fornecedores é de R\$ 40, enquanto em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 38.

10) Obrigações trabalhistas e sociais

A conta “Obrigações trabalhistas e sociais” são referentes a obrigações com colaboradores e encargos sociais decorrentes dos vínculos empregatícios e estão dispostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
IRRF – 0561	10	10
INSS	16	19
FGTS	2	3
Salários e ordenados a pagar	33	40
Provisão de férias e 13°	17	17
INSS/FGTS S/ férias e 13°	6	6
Total obrigações trabalhistas e sociais	84	95

11) Obrigações tributárias

A conta “Obrigações Tributárias” são referentes a obrigações com o fisco que a Companhia tem em detrimento de suas operações e estão dispostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Retenções S/ serviços de terceiros	7	6
ISS a pagar	9	12
PIS a pagar	3	3
COFINS a pagar	17	17
Total obrigações tributárias	36	38

12) Outras obrigações

A conta “Outras obrigações” são referentes a obrigações que a Companhia possui em sua tesouraria que não foram compensadas em favor dos seus beneficiários para baixa do seu respectivo saldo. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de valores a compensar era de R\$ 2.343 enquanto em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 1.933.

13) Patrimônio líquido

Capital social - O Capital Social subscrito é de R\$ 7.180.000,00 (sete milhões, cento e oitenta mil reais), representado por 7.180.000 (sete milhões, cento e oitenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital integralizado é de R\$ 5.112.000,00 (cinco milhões, cento e doze mil reais).

(-) Capital Social a Integralizar - O Capital Social a Integralizar, representado por 2.068.000 (dois milhões e sessenta e oito mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital a integralizar é de R\$ 2.068.000,00 (dois milhões e sessenta e oito mil reais) e tem o prazo de 12 meses contados da AGE que deliberou o aumento de Capital Social.

Reserva legal - A reserva legal constituída está dentro do limite de 20% não excedendo o capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e com o artigo 27, § 1º, letra (a) do estatuto social da Companhia.

(-) Prejuízos acumulados – A companhia encerrou o período com o saldo de prejuízos acumulados na ordem de R\$ 127.068,23 (cento e vinte e sete mil, sessenta e oito reais e vinte e três centavos). Os prejuízos acumulados deverão ser revertidos ao longo dos próximos períodos.

14) Receita de prestação de serviços

A conta “Receita de prestação de serviços” é composta pelos diferentes tipos de serviços que o Conglomerado presta aos seus clientes e está disposto da seguinte forma:

Descrição	2º Sem 2024	2º Sem 2023	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de cobrança	1.439	1.650	2.794	2.970
Pacote de serviços PF	29	12	107	24
Pacote de serviços PJ	504	305	800	526
Agente de garantia	3		3	
Total receita de prestação de serviços	1.975	1.967	3.704	3.520

15) Despesas administrativas

A conta “Despesas administrativas” é composta por despesas incorridas nos períodos referentes atividades suportes que subsidiam atividade fim dos seus respectivos negócios e estão dispostas da seguinte forma:

Descrição	2º Sem 2024	2º Sem 2023	31/12/2024	31/12/2023
Água, Energia e Gás	(4)	(5)	(12)	(10)
Aluguéis	(13)	(13)	(25)	(24)
Comunicação	(11)	(10)	(23)	(19)
Manutenção e Conservação de Bens	(11)	(17)	(21)	(24)
Material	(4)	(28)	(10)	(43)
Pessoal	(446)	(462)	(910)	(841)
Processamento de Dados	(1.107)	(1.012)	(2.157)	(1.998)
Relações Públicas	(136)	(109)	(255)	(174)
Sistema Financeiro	(110)	(116)	(200)	(222)
Serviços de Terceiros	(334)	(231)	(566)	(358)
Vigilância e Segurança	(2)	(3)	(3)	(10)
Serviços Técnicos e Especializados	(116)	(113)	(215)	(225)
Transportes	(13)	(4)	(24)	(10)
Tributárias	(2)	(2)	(5)	(5)
Viagens e Representações	(6)	(9)	(6)	(10)
Outras Despesas Administrativas	(41)	(53)	(53)	(59)
Total despesas administrativas	(2.356)	(2.187)	(4.485)	(4.032)

16) Despesa de provisão de devedores duvidosos

A conta “Despesa de provisão de devedores duvidosos” segue a regra da Resolução 2682/1999 expedida pelo Bacen que trata sobre os critérios para constituição e está disposto da seguinte forma:

Descrição	2º Sem 2024	2º Sem 2023	31/12/2024	31/12/2023
Devedores duvidosos operações de crédito	(17)		(35)	(2)
Total Despesa de provisão de devedores duvidosos	(17)	-	(35)	(2)

17) Contingências

A Companhia não possui conhecimento de ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões de natureza cível, fiscal ou trabalhista, cujo valor em risco possa ter impacto nestas demonstrações financeiras.

18) Impactos da Resolução 352/2023

Em conformidade com a Resolução BCB nº 352/2023 e com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, a Instituição adotará a metodologia simplificada para constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Atualmente, a carteira de crédito da Instituição soma R\$ 4.862 milhões, com uma Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) de R\$ 25.000 (mil). Com a aplicação da metodologia estabelecida pela Resolução BCB nº 352/2023, a simulação indica a necessidade de constituição de provisão adicional de R\$ 68.477 (mil), correspondente à diferença entre a PDD atual e a nova exigência regulatória, totalizando R\$ 93.477 (mil). Contudo, esse ajuste não impacta de forma relevante a estrutura de capital da Instituição, não sendo necessário nenhum comentário adicional.

Adicionalmente, em conformidade com o item I do Comunicado nº 42.403/2024, os ativos financeiros da Instituição estão classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/2023, garantindo a aderência às normas de mensuração e reconhecimento contábil. A Instituição não possui ativos que demandem revisão do *stop accrual*, conforme previsto na regulamentação aplicável. No que tange aos custos e receitas transacionais, a análise interna demonstra que tais valores atualmente não ultrapassaram 1% do montante do crédito concedido. Dessa forma, em conformidade com a regulamentação vigente e o item III do Comunicado nº 42.403/2024, tais montantes são considerados imateriais e reconhecidos diretamente no resultado da Instituição.

A Instituição segue comprometida com a plena aderência às normativas prudenciais do Banco Central do Brasil, assegurando a transparência na divulgação dos impactos regulatórios e a manutenção da solidez financeira de suas operações.

19) Eventos Subsequentes

Após o encerramento do período de 31 de dezembro de 2024 não houve eventos subsequentes relevantes até o encerramento destas demonstrações financeiras.